



**ESTADO DO CEARÁ  
SECRETARIA DA FAZENDA  
CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS**

RESOLUÇÃO Nº 284 / 2005

2ª CÂMARA

SESSÃO DE: 14/04/ 2005

PROCESSO DE RECURSO Nº 1/3132/2002

AUTO DE INFRAÇÃO: 1/200208418

RECORRENTE: CELULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTANCIA

RECORRIDO: JACKSON MATIAS UCHOA

RELATOR CONS: ILDEBRANDO HOLANDA JUNIOR

**EMENTA.** Aquisição de mercadorias sem documentação fiscal – Omissão de entradas. Montante de R\$16.652,00. Dispositivos infringidos art.139 do dec.24569/97 com penalidade inserta no art.878, III, “a”, do mesmo decreto. Defesa tempestiva e parcialmente provida. Julgamento pela parcial procedência em virtude de novos valores atribuídos pela perícia. A segunda câmara confirma julgamento singular de parcial procedência, por unanimidade de votos.

**RELATORIO**

O presente Auto de infração trata de aquisição de mercadorias sem documentação fiscal – Omissão de entradas no Montante de R\$16.652,00. Dispositivos infringidos art.139 do dec.24569/97 com penalidade inserta no art.878, III, “a”, do mesmo decreto. Defesa tempestiva e parcialmente provida alegando vários pontos que são levados em conta pela perícia requerida pelo julgador singular. Julgamento pela parcial procedência em virtude de novos

valores atribuídos pela perícia. A segunda câmara confirma julgamento singular de parcial procedência, por unanimidade de votos.

#### **VOTO DO RELATOR**

Assiste razão em parte o fisco. O Autuante comprova através dos relatórios de entrada, saída e totalizador a omissão de entrada do contribuinte. Entretanto, o auto de infração deve ser julgado parcialmente procedente por ter o contribuinte, em sua impugnação, apontado erros, que foram prontamente corrigidos pela perícia reduzindo substancialmente o montante encontrado inicialmente que segue demonstrado;

<b>Montante</b>	<b>R\$6.955,63<sup>J</sup></b>
<b>MULTA</b>	<b>R\$2.089,68<sup>✓</sup></b>

Portanto, voto para que se conheça o recurso oficial, nego-lhe provimento para confirmar a decisão exarada em primeira instância nos termos do voto deste relator e de acordo com o parecer da douta Procuradoria Geral do Estado. É como voto.

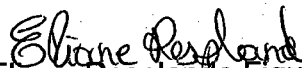
#### **DECISÃO:**

Vistos, Relatados e Discutidos os presentes autos, em que é recorrente CELULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTANCIA e recorrido JACKSON MATIAS UCHOA,

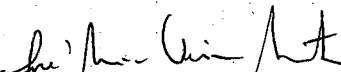
RESOLVEM os membros da 2ª câmara do Conselho de Recursos Tributários, por unanimidade de votos, conhecer do recurso oficial, negar-lhe provimento, para confirmar decisão parcialmente condenatória proferida pela 1ª instância, nos termos do voto do Relator e de acordo com o parecer da Douta Procuradoria Geral do Estado.

SALA DAS SESSÕES DA 2ª CÂMARA DE JULGAMENTO DO CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS, em Fortaleza, aos 12 de maio de 2.005.

  
Osvaldo José Rebouças  
PRESIDENTE

  
Eliane Resplande Figueiredo Sá  
CONSELHEIRA

  
Dulcimeire Pereira Gomes  
CONSELHEIRA

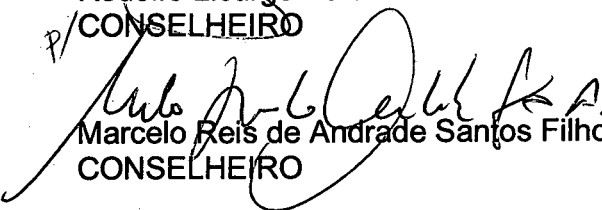
  
José Maria Vieira Mota  
CONSELHEIRO

Regineusa de Aguiar Miranda  
CONSELHEIRA

Ubiratan Ferreira de Andrade  
PROCURADOR DO ESTADO

  
Ildebrando Holanda Junior  
CONSELHEIRO RELATOR

  
Rodolfo Licurgo Tertulino de Oliveira  
CONSELHEIRO

  
Marcelo Reis de Andrade Santos Filho  
CONSELHEIRO

Vanessa Albuquerque Valente  
CONSELHEIRO